

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 28

Data: 14 de Maio de 1986

Pg.: \_\_\_\_\_

## Técnico denuncia desvio de recursos indígenas

**São Paulo** — Menos de um terço dos recursos previstos para a demarcação e a preservação das áreas indígenas ao longo da rodovia BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho e está sendo estendida até Rio Branco, no Acre, foi efetivamente investido nessa finalidade, segundo informou ontem Abel de Barros Lima, da equipe de avaliação dos projetos indigenistas do programa Polonoroeste.

O último relatório da equipe indica que apenas 8 milhões, dos 26 milhões de dólares destinados a proteger os indígenas dos impactos negativos causados com a construção da rodovia, foram aplicados entre 1981 e 1985. Em consequência, somente 24 áreas indígenas foram demarcadas nesse período, das 55 que estavam programadas.

— Com essa demora determinada pelos desvios da verba, o desrespeito aos limites das reservas aumentou em vez de diminuir. Calcula-se que pelo menos 20 áreas indígenas da região estejam invadidas por fazendeiros e posseiros — afirmou Barros de Lima, um advogado com pós-graduação em antropologia.

### Contrapartida

Os desvios de verba, segundo ele, caracterizaram-se pela conversão dos dólares — financiados pelo Banco Mundial — num determinado momento e na sua liberação pelo governo brasileiro somente meses depois, sem corrigir o seu valor em cruzeiros. De acordo com Barros Lima, o governo brasileiro — responsável por 60% dos recursos do programa, ficando 40% por conta do Banco Mundial — não dava a sua contrapartida tão logo recebia o financiamento do Banco Mundial.

— O que se sente, embora mais no governo passado do que neste, é que a política indigenista oficial não tem interesse na preservação das reservas, mas sim na criação de situações de fato, em que a presença de invasores brancos leva a soluções sempre prejudiciais aos indígenas — observou Barros Lima. Nesses

casos, as pressões por parte dos grandes fazendeiros e dos grupos sem-terra acabam prevalecendo, disse.

A equipe de avaliação dos projetos indígenas que integram o programa Polonoroeste é formada por seis antropólogos da PUC — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a coordenação de Betty Mindlin. O trabalho do grupo começou em 1983 e seus relatórios quase provocaram, em alguns momentos, a suspensão dos recursos por parte do Banco Mundial, cujos estatutos exigem que as obras financiadas pela instituição não prejudiquem as populações afetadas.

Segundo Barros Lima, a população indígena conhecida e estabelecida ao longo da BR-364, nos estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre, é de aproximadamente 10 mil pessoas. As invasões do seu território, conforme esclarece, são feitas principalmente por fortes grupos econômicos que investem na região com base muitas vezes em certidões negativas nulas — porque incorretas — da Funai.

A avaliação dos demais projetos que fazem parte do programa Polonoroeste está a cargo de equipes da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas — FIPE — da Universidade de São Paulo, organismo da confiança do ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto. O grupo da PUC encarregado de avaliar os projetos indígenas foi constituído, segundo Barros Lima, a partir de entendimentos com o próprio Banco Mundial, escapando da influência do Ministério do Planejamento, na época.

A equipe da PUC é formada por Betty Mindlin, Carmen Junqueira, Rinaldo Sérgio de Arruda Vieira, Lúcia Helena Rangel, Mauro de Mello Leonel Júnior e Abel de Barros Lima. A maioria dos seus integrantes está nesse momento em Rondônia, acompanhando os projetos.